



Termo de Referência

I - Apresentação e histórico do Programa Metrôpoles Saudáveis (PMS).

O Programa Metrôpoles Saudáveis (PMS) proposto e coordenado pelo Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental, (PROAM) com apoio da Organização Pan-Americana da Saúde do Brasil (OPAS) é um processo de construção coletiva.

Nos anos de 2004 a 2006, ocorreu uma ampla discussão com organizações governamentais e não governamentais, incluindo a exposição de mais de 200 especialistas das mais diversas áreas do conhecimento humano, com o objetivo de estabelecer um Termo de Referência para Metrôpoles Saudáveis, com base em estudos de caso de metrôpoles como São Paulo, Buenos Aires, La Paz, Campinas, Santos, Macaé, Belém e Curitiba, trazendo uma abordagem intersetorial que possibilitou visualizar as relações da saúde e do meio ambiente nesses conglomerados urbanos.

A proposta inicial do PMS decorre de um processo iniciado em 1995, na cidade de São Paulo, em um movimento intitulado "Repensando São Paulo", com forte envolvimento da sociedade organizada. A idéia foi ampliada ao longo dos anos com outros eventos, tais como: "O Futuro da Metrôpole", ocorrido em 2001.

Com a fundação do PROAM em 2002, sob a forte influência dos problemas de contaminação ambiental em São Paulo e do advento do conceito de Saúde Ambiental, difundido pela OPAS, surgiu o Programa Metrôpoles Saudáveis (PMS), elaborado pelo PROAM, como proposta prioritária desta instituição paulista.





"O esplendor das cidades, em suas magníficas possibilidades culturais, como elemento de experiência comunitária, vem se deteriorando diante da degradação e da perda de qualidade de vida e das boas condições ambientais. Essa antítese, entre as luzes da civilização e a irresponsabilidade das ações antrópicas, representa o grande desafio em que se insere o Programa Metrôpoles Saudáveis: a tentativa de apontar caminhos para resgatar o que poderia ser a mais enriquecedora das experiências para a humanidade".

Carlos Bocuhy

PROAM - Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental



Abertura da Conferência Internacional "Metrôpoles Saudáveis" realizada em São Paulo, Brasil, em 2005

O PMS foi lançado oficialmente em 16 de junho de 2004, na cidade de São Paulo, e posteriormente apresentado, em 26 de junho, no Museu de Etnologia da cidade de Munique, na Alemanha, sob os auspícios da Associação Teuto-Brasileira de Munique.

Durante as articulações preliminares para uma discussão voltada às metrópoles da América Latina e Caribe, o PMS contou com o apoio institucional da Embaixada do Brasil em Buenos Aires e a partir de então se constituiu uma produtiva parceria com a Fundación Metropolitana de Buenos Aires, o Gobierno de La Ciudad Autónoma de Buenos Aires e da Legislatura de La Ciudad de Buenos Aires.

Em novembro de 2004, foi realizado nos dias 2 e 3, em Buenos Aires, o Seminário “Metrópoles Saudáveis”, seguido de outro em São Paulo, nos dias 25 e 26. Posteriormente, outros debates mais regionais ocorreram nas cidades de Macaé, RJ e Campinas, SP.

Em 2005, o Programa ampliou a discussão para outras grandes regiões urbanas, com a realização em São Paulo da Conferência Internacional Metrôpoles Saudáveis, que contou com a relatoria da Prof^a Anamaria Testa Tambellini, indicada pela Organização Pan-Americana de Saúde do Brasil (OPAS).

Em 2006, considerando que o acúmulo de conhecimento já era representativo para o início dos trabalhos de composição de um Termo de Referência, foi realizada nos dias 16 e 17 de junho, uma reunião em São Paulo para a consolidação do Termo de Referência para o Programa Metrôpoles Saudáveis (PMS).

II – Novo paradigma, gestão política e estratégia para os conglomerados urbanos

No processo de construção coletiva que transcorreu entre 2004 e 2006, avaliamos que a reflexão proporcionada pelo PMS retratou a relação saúde-ambiente a partir de uma visão ampliada e articulada dos conceitos envolvidos, apresentando-se como:

1 - Espaço para entendimentos visando possibilidades de parcerias nacionais/internacionais e sociedade civil/ estado.

2 - Enquanto requisito fundamental para a construção dos processos saudáveis.

3 - Como elemento de discussão para subsidiar posições e acordos internacionais no plano das Políticas Públicas, baseadas em trocas de experiências com participação social, remetendo-se a um diálogo que compatibilize preservação e desenvolvimento.

4 - Como possibilidade do exercício de propostas e ações que privilegiam interesses coletivos e difusos, apontando para ação local, regional, nacional e global, com a necessidade de capacitação de agentes com atuação em saúde/ ambiente.

5 - Como questão prioritária de âmbito internacional, que torna imperativa a necessidade de informação, educação e capacitação específica, em todos os níveis de poder e ação.

6 - Como movimento de afirmação e posicionamento das organizações da sociedade civil, que se adiantam na proposição da questão.

7 - Como possibilidade de se construir um processo de “sustentabilidade”, envolvendo a temática metrópole, saúde e ambiente saudável.

8 - Como elemento catalisador de “vontade coletiva/conhecimento técnico-científico/ saber popular” de encontro às necessidades de saúde, melhor qualidade de vida e preservação ambiental em conglomerados urbanos.

9 - Como entrada das contribuições disciplinares (conhecimento científico técnico), instrumentais (setores de atividades) e das experiências locais e vividas (saber popular), como também das possibilidades de serem avaliadas em seus resultados (saúde), qualidade de vida e ambiente preservado no espaço urbano em condições sociais de democracia e liberdade).

10 - Como identificador de elementos/problemas envolvidos na questão “Metrôpoles Saudáveis”, quais sejam: sustentabilidade, ambiente e saúde no contexto da urbanização visto sob uma ótica pluri-disciplinar e multiprofissional.



Imagem aérea de degradação ambiental no Vale do Paraíba.

11 – Como espaço de discussão da relação qualificada como saudável e sustentável, entre o ambiente e a saúde humana em metrópoles de um mundo globalizado, na vigência de processos de urbanização que se realizam contingenciados pela questão social definida em função de um modelo de desenvolvimento econômico social que tem produzido fortes concentrações de riquezas, desigualdades e exclusão, considerando-se as possibilidades de poder e o conjunto das políticas e normas que vigem sobre tais processos.

12 – Como espaço gerador de proposta de pesquisa operacional integrada, com alto nível de qualificação acadêmica e técnica, no plano das intervenções (política, gestão e atividades fins), onde se impõe uma sistematização para construção de indicadores que estão condicionados por processos de coleta e manejo que sejam ac-

síveis àqueles que os utilizarão e interpretarão em situações de serviços e gestão, para a tomada de decisões.

13 – Como espaço de manifestação de possibilidades técnicas e científicas aliadas a um “saber fazer popular” de reivindicações – anseios - vontades política da sociedade civil organizada (associações comunitárias, sindicatos, ONG(s), entre outras, que representam interesses de grupos e de setores sociais interessados em mudanças.

Destaca-se aqui, a preocupação não só por ambientes saudáveis e melhores condições de saúde, mas também, melhor qualidade de vida e a criação de formas de convivências sociais harmoniosas, equilibradas e de respeito aos direitos dos cidadãos.



14 – Como operação que se inicia por um projeto de pesquisa, seguido da busca de um programa estratégico de ação intervenção na realidade (pela própria sociedade civil organizada) que absorve todos os produtos do conhecimento e de experiências concretas que possam ser utilizados para a ação de maneira judiciosa, levando em conta, na tomada de decisão, a “verdade científica”, o arsenal tecnológico disponível e as possibilidades mais viáveis politicamente de sua utilização, em relação aos próprios objetos do programa em dada situação particular.

15 – Como possibilidade de construção de um desenvolvimento urbano sustentável, um desafio que deve considerar as dimensões ecológica, econômica, social, cultural, jurídica, política, ética, dos direitos e da saúde. Isso significa um novo paradigma urbano ambiental que considera as perspectivas presentes e futuras de uma relação eco-social saudável que permita melhor qualidade de vida humana.

Tais considerações tornam necessárias:

1 - A construção de um novo paradigma científico que articule as várias dimensões de processos que compõem a questão “Metrópole Saudável” e que contempla, além dos entendimentos da estrutura, dinâmica e funcionamento dos elementos que compõem a realidade a ser pesquisada, também as possibilidades técnicas e políticas de nela intervir para obter o fim almejado.

2 - A construção de uma nova possibilidade de gestão, seja modificando ou criando novas modalidades de políticas e gestão compartilhadas socialmente, que possibilitem a organização, capacitação e ação de vários núcleos setoriais do

aparelho do estado interessados na questão.

Tal concepção pressupõe uma maior articulação e integração desse atores em todas as esferas administrativas e do poder, para contribuir no alcance dos objetivos de criar condições sócio-ecológicas que permitam vida saudável e plena aos cidadãos, no presente e para gerações futuras.

Essas duas construções impõem:

1- A realização de pesquisas e/ou avaliações em todas as dimensões abordadas, seja de forma articulada ou independente, na perspectiva de identificar e entender os problemas e as necessidades de intervenção que sinalizem para as tomadas de decisões do poder e embasem a gestão. Para tanto, torna-se necessária a participação civil no delineamento dos problemas a serem abordados.

2 - A realização de atividades educacionais e de capacitação, voltadas para os diversos elementos da questão, dirigidas para todos os atores sociais, em todos os níveis de educação formal e profissional, como também para a população em geral.

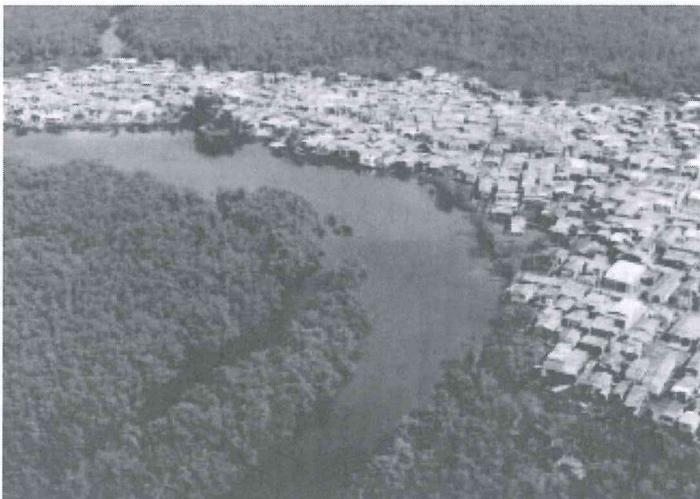
Destaca-se, neste aspecto, grupos populacionais mais vulneráveis e atingidos, para os quais devem ser usados todos os meios disponíveis para o ensino e a comunicação.

3 - A construção de sistemas de informação de livre acesso que contenham bancos de dados específicos que possam se articular possibilitando a reunião de informações já disponíveis e a criação de novos indicadores a partir de estudos e pesquisas, na medida em que possam refletir as situações presentes, bem como desenhar e estimar tendências.

4 - A construção de processos participativos e democráticos de elaboração de propostas de intervenção, gestão, acompanhamento e avaliação de todos os tipos de ações (técnicas, legais, políticas, jurídicas, educacionais, entre outras) que permitam o ajuizamento sobre os resultados obtidos.

5- A construção, nos aparelhos de estado, de sis-

Ocupações de Manguezais





Área de assoreamento (Represa Billings, São Paulo, Brasil)

temas articulados de intervenção, normatização, monitoramento e fiscalização das condições ambientais e dos eventos de saúde à elas relacionados, tendo em vista os processos de urbanização e as condições de vulnerabilidade das populações, no sentido da promoção, prevenção, diagnóstico, avaliação, recuperação e reabilitação dos atingidos, bem como da remediação e controle de situações sócio-ecológicas com o intuito de preservar uma relação saudável ambiente /saúde.

Deve-se assinalar que a promoção da saúde e de ambientes saudáveis necessita ser assumida e integralizada em todas as esferas de atuação do estado.

6- A construção de uma forma de gestão pública participativa, incluindo seus instrumentos de intermediação com as populações de forma a incentivar uma visão crítica do bem público levando ao uso, avaliação e aperfeiçoamento dos elementos constituintes das políticas, organização, administração e normatização já existentes.

Em última instância, o Programa Metrópoles Saudáveis é um projeto político da cidadania que reivindica, das autoridades no poder, o cumprimento de metas que correspondam a direitos sociais já estabelecidos, assumindo, defendendo e impondo democraticamente novas

formas de uso e proveito do bem público “saúde e ambiente”.

É uma iniciativa que pode indicar caminhos para a preservação e melhor distribuição social destes bens.

Considerando-se a escala pretendida e a correção dos passivos ambientais, as perspectivas de saúde ambiental só se darão com políticas de médio e longo prazo, decorrentes da qualidade da exigência social, que represente permanente elemento de envolvimento, participação e controle pela sociedade.



Rio Pinheiros (São Paulo, Brasil)



III - Tendências mundiais e iniciativas atuais voltadas à qualidade das cidades

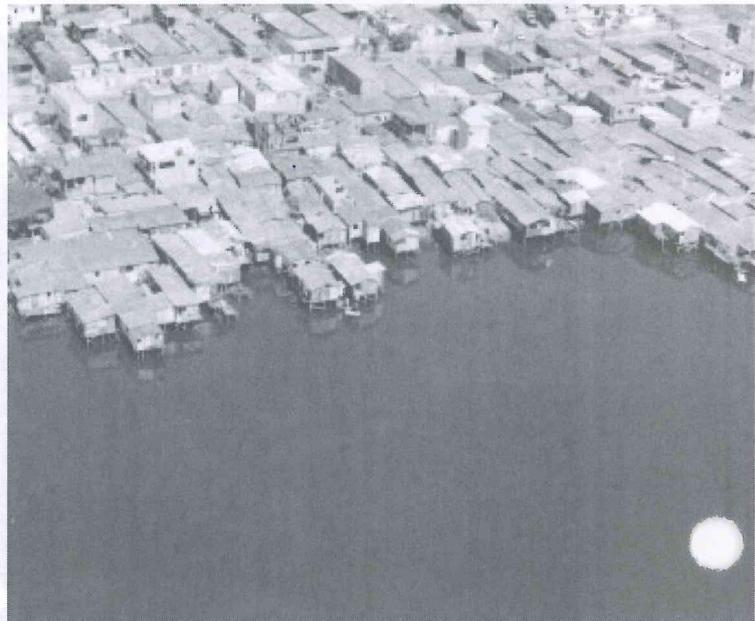
Na metade do século XX, no pós-guerra, a humanidade assistiu ao nascimento da fase civilizatória metropolitana. Embalsada na competição e nos primórdios de uma crise ambiental os conglomerados necessitam dar resposta à sociedade sobre sua segurança enquanto habitat humano. Essa necessidade extrapola o âmbito municipal, em função das raízes de concentração encontrar sua gênese em problemas de competência regional, nacional e global.

As cidades mudam intensamente, internamente e em sua relação com as outras. As tendências são perceptíveis, mas sua intensidade necessita de diagnóstico que capture aspectos ambientais, sociais e econômicos, principalmente no perfil mais assemelhado da região da América Latina e Caribe.

Há uma tendência de crescimento para cidades com perfil de prestação de serviços, que crescem mais rapidamente do que as de perfil de negócios produtivos. Essa tendência retrata uma nova economia que impulsiona o crescimento. Ao mesmo tempo, o perfil demográfico apresenta um envelhecimento, enquanto os jovens carecem de oportunidades, o que aumenta o crime e a violência.

Diminuem de forma progressiva os contornos e a divisão entre a cidade e o campo. A economia informal sobrepõe-se à formal. O crescimento dos conglomerados aumenta o poder político e decisório das cidades no contexto nacional e internacional. As tratativas entre cidades ganham o espaço dos acordos internacionais. As metrópoles são importantes elementos nos programas de controle do efeito de aquecimento global e seu papel adquire relevância no processo de sustentabilidade para a humanidade.

Essas tendências nos permitem afirmar que as metrópoles, nos dias de hoje, configuram-se como um conjunto de indivíduos e organizações assentados sobre uma plataforma geológica, em dimensão metropolitana, com interações culturais e sócio-econômicas dentro do mundo globalizado.



Palafitas - Baixada Santista (São Paulo, Brasil)

Diante deste fenômeno metropolitano, que constitui uma nova experiência planetária e um novo desafio civilizatório, debruçam-se importantes organizações, tentando trazer luzes sobre esta nova realidade.



Banco Mundial

Banco Mundial - organismos multilaterais, como o Banco Mundial, tem despendido esforços para detectar as tendências das grandes cidades. Compilou dados disponíveis no Observatório das Nações Unidas (1998), da empresa Earth Observing System (EOS) (2003), e o banco de dados Taylor, publicando indicadores sobre 412 cidades de 134 países, no estudo "Cidades num Mundo Globalizado (2006)". Atualmente, estuda indicadores urbanos para seis cidades, do Canadá e América do Sul, num estudo cuja duração prevista é de dois anos.



UN-HABITAT

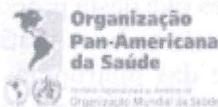
UN-HABITAT - O Programa HABITAT das Nações Unidas tem se debruçado sobre a organização de indicadores urbanos, com atuação modificada através dos anos, de enfoque em moradia (1991) a outras questões urbanas (1996-2001), buscando hoje como meta os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, (ODM)



em parceria com governos locais e metropolitanos.



Agenda 21 - Discutida e aprovada durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD, Rio de Janeiro, junho de 1992), a Agenda 21 pretende ser implementada ao longo do século XXI pelos governos e ONGs, com o apoio das Nações Unidas e demais instituições multilaterais e nacionais focadas no desenvolvimento sócio-econômico. Entre seus marcos estão as Conferências de Estocolmo (1972) e Rio (1992) e documentos como “Nosso Futuro Comum”, publicado em 1982. A aceitação do formato e conteúdo da Agenda 21 - aprovada por todos os países presentes à Rio 92 - propiciou a criação da Comissão de Desenvolvimento Sustentável (CDS), vinculada ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (Ecosoc). A CDS tem por objetivo acompanhar e cooperar com os países na elaboração e implementação das agendas nacionais, e vários países já iniciaram a elaboração de suas agendas nacionais. A Agenda 21 tem uma forte interface com os ODM, a partir também de ações descentralizadas e locais, que podem influenciar planos diretores municipais.



OPAS-OMS – Organização Pan-Americana da Saúde da Organização Mundial de Saúde desenvolve o projeto “Municípios e Comunidades Saudáveis” (Cidades Saudáveis) desde 1992 e coleta agora 32 indicadores de saúde na cidade em uma variedade de cidades trabalhando em rede. Em sua estratégia, o projeto pretende “a concretização de uma das abordagens locais mais efetivas da promoção de saúde”. Sob a ótica da saúde como qualidade de vida, as ações da estratégia de MCS têm como enfoque estratégico os determinantes da saúde mais do que as consequências em termos da doença.

Em resumo, o que se pretende é facilitar os mecanismos para que as pessoas possam melhorar suas condições de vida. A estratégia de MCS também enfoca a união entre autoridades locais e membros da comunidade e o estabelecimento e fortalecimento de parcerias.

Fundação Européia - no continente Europeu existem várias iniciativas em curso. Em 2003, a

Fundação Européia (European Foundation) propôs ‘Indicadores Urbanos Europeus’ no ‘Projeto de Indicadores Comuns Europeus’.



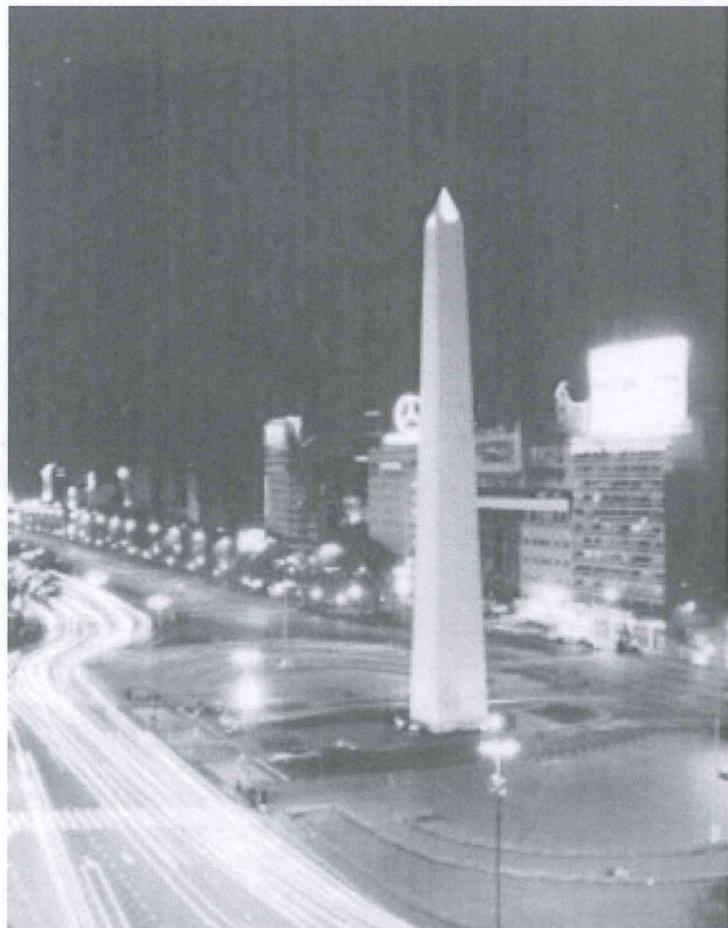
Canadá - o Canadá tem apresentado o maior número de iniciativas relacionadas a indicadores urbanos em várias cidades e com atores governamentais e não governamentais. A Associação de Normas Canadenses, CSA, preside a ISO13 9000 e 14000 através do Comitê Técnico TC 207.

O desenvolvimento de um padrão internacional de indicadores urbanos provavelmente se beneficiaria de um apoio próximo ao TC 207.

A Federação das Municipalidades Canadenses, FMC, tem ampla experiência em desenvolver indicadores urbanos. Desde 1996, a FMC conduz o projeto “Meios de Relatar a Qualidade de Vida” (MRQV) para 20 comunidades canadenses (que representam mais que 50% da população do país).

Muitos dos dados são do Censo do Canadá. Atualmente, 72 indicadores são coletados de 12 fontes” (Banco Mundial -Vancouver 2006).

Vista noturna do Obelisco (Buenos Aires, Argentina)





IV - Objetivos do Programa Metrópoles Saudáveis

Estamos direcionando nossos esforços para que este Termo de Referência chegue aos organismos internacionais como uma proposta que alimente ações e políticas públicas. Todos os espaços de atuação vêm sendo privilegiados neste processo: enquanto o pensamento acadêmico é importante, temos trabalhado outros espaços de compreensão – como governo e sociedade.

Se hoje este processo parte da sociedade para o setor público, nossa pretensão é que ele retorne para a sociedade de forma a ser trabalhado em campanhas que a sociedade organizada possa se envolver e desenvolver.

Apontamos ainda a necessidade de criar grandes consensos e buscar recursos financeiros para que o PMS possa viabilizar-se, não só como elemento gerador, mas em efeitos práticos para a consecução de alguns objetivos expressados nas discussões temáticas, como alcançar melhor saúde e qualidade de vida humana propiciadas por aumento da percepção da sociedade sobre riscos ambientais urbanos e a qualidade ambiental das



*Carlos Bocuhy (PROAM) e Mario Molina
(Centro Mario Molina)*

idades, fomentar e incentivar políticas e ações que levem ao cumprimento de metas e agendas pactuadas em acordos internacionais e/ou regionais com vistas a questões específicas tais como saúde, meio ambiente e urbanização, entre outras.

Importante ressaltar que essa etapa demanda um processo de sensibilização e de capacitação dos agentes/atores que desta proposta farão uso, além de evidenciar as boas práticas ambientais, especialmente das metrópoles da América Latina e do Caribe, sempre com a perspectiva do fortalecimento da democracia, da informação, da gestão participativa e, principalmente, com consideração à percepção das comunidades.

Colocar esse debate na agenda da sociedade é a missão do Programa Metrôpoles Saudáveis, na tentativa de lançar luzes sobre o problema, em busca de possíveis soluções, incluindo-se maior compreensão pelas comunidades com relação às situações degradantes e de risco onde há de se considerar o saber popular como forte componente de percepção social.

É preciso compreender que as mudanças desejáveis nunca ocorrerão sem processos de mobilização, conscientização, formação e mudança de comportamento da sociedade.





V - Marco Conceitual

Há um ponto atual comum entre muitas nações, estabelecido em suas cartas magnas, que é o direito de todos a um meio ambiente saudável. Como exemplo, citamos o Art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

As Nações Unidas, entre outros organismos internacionais e governos locais, têm demonstrado uma intensa preocupação com a sustentabilidade das comunidades urbanas. O Programa Metrôpoles Saudáveis (PMS) apresenta objetivos comuns ao expresso na Meta nº 7 dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que é “Garantir a Sustentabilidade Ambiental”, com três focos específicos:

- Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e reverter a perda de recursos ambientais;
- Reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população sem acesso permanente e sustentável a água potável segura;
- Até 2020, ter alcançado uma melhora significativa na vida de pelo menos 100 milhões de habitantes de bairros degradados.

Justificando a Meta nº 7 dos ODM, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), traz considerações esclarecedoras sobre o desafio da sustentabilidade: “Um bilhão de pessoas ainda não têm acesso à água potável. Ao longo dos anos 90, no entanto, quase um bilhão de pessoas ganhou esse acesso à água bem como ao saneamento básico. A água e o saneamento são dois fatores ambientais chaves para a qualidade da vida humana, e fazem parte de um amplo leque de recursos e serviços naturais que compõe o nosso meio ambiente – clima, florestas, fontes energéticas, o ar e a biodiversidade – e de cuja proteção dependemos nós e muitas outras criaturas neste planeta. Os indicadores identificados



Represa Billings, (São Paulo, Brasil)

para esta meta são justamente “indicativos” da adoção de atitudes sérias na esfera pública. Sem a adoção de políticas e programas ambientais, nada se conserva adequadamente, assim como sem a posse segura de suas terras e habitações, poucos se dedicarão à conquista de condições mais limpas e saudáveis para seu próprio entorno”.

Essa preocupação global com o futuro da humanidade deve levar em consideração que as cidades e conglomerados urbanos abrigam a maioria da população mundial, o que tem origem no crescimento demonstrado por essas regiões.

Essa tendência internacional é notada em especial nos países em desenvolvimento, que também são os que apresentam maior dificuldade de prover infraestrutura para o atendimento às comunidades instaladas.

Segundo estudos atuais da UN-HABITAT, em State of the World's Cities – 2006, estima-se um crescimento de cidades pequenas e intermediárias que serão a maior fonte do futuro crescimento urbano. Atualmente, mais de 53% da população urbana do mundo já vive em cidades de menos de 500.000 habitantes, e 22% em cidades de 1 a 5 milhões de pessoas. As megacidades também crescerão: o número de



“metacidades”, aquelas acima de 20 milhões de habitantes, e “megacidades”, aquelas com os mais de 10 milhões de habitantes, está crescendo. Em 2020, todas, com exceção de quatro das maiores cidades do mundo, estarão em países em desenvolvimento.

Dessa forma, há uma clara tendência que, no futuro, a maioria da população em países em desenvolvimento, estará concentrada em regiões metropolitanas conurbadas. As cidades e os grandes conglomerados urbanos abrigarão a grande maioria da humanidade nas próximas décadas. Dessa forma, a manutenção da sadia qualidade de vida impõe-se para estas grandes áreas urbanas, às quais a humanidade, em seu pensamento ecológico, pouco tem dedicado atenção. Como as cidades crescem, o descontentamento social aumenta devido à percepção da precarização do ambiente e ao incontrolável crescimento urbano.

As vulnerabilidades detectadas neste processo podem ser imediatas ou a longo prazo, como a insegurança em geral ou no caso do abastecimento de água. Além disso, serão necessárias respostas preventivas e mais amplas aos desastres naturais nessas áreas conurbadas, como inundações, deslizamentos e outros

Área de mananciais invadida por população



episódios decorrentes de situações de risco.

Portanto, há um novo desafio que assume proporções gigantescas, tendo em vista que o fenômeno das metrópoles, na escala atual em que se evidencia, é um fato novo diante das experiências de governabilidade da humanidade.

As preocupações com a proteção da vida humana passam a ser um compromisso que deve estar focado na sustentabilidade planetária, mas com imprescindível ênfase em cidades e metrópoles. Salva guardar a sadia qualidade de vida das comunidades das grandes áreas metropolitanas é um desafio e uma percepção que se impõe de forma prioritária à comunidade internacional. Tratamos aqui de um problema de Saúde Pública que se constitui em um desafio sobejamente anunciado para o século XXI.

O paradigma em que se assenta a produção do conhecimento sobre “Metrópoles Saudáveis” é aquele conformado pela idéia de que é preciso atingir e fazer perdurar, através de intervenções ditadas pelo desejo coletivo de bem estar e boa qualidade de vida em ambiente saudável, a imagem-objeto-ideal, “Metrópole Saudável”.

É imprescindível a clarificação de conceitos dentro deste marco conceitual de se ter conceitos claros e bem definidos com relação às metrópoles, saúde ambiental e sustentabilidade. Deliberou-se, durante as discussões para a consolidação deste Termo de Referência, por buscar os conceitos mais consagrados e já internalizados pelas organizações ligadas às Nações Unidas.

Com relação à Saúde, a Carta de Ottawa (1986), afirma em seus considerandos: “para atingir um estado de completo bem estar físico, mental e social, os indivíduos e grupos devem saber identificar aspirações, satisfazer necessidades e modificar favoravelmente o meio ambiente”.

O conceito de Saúde humana tem como elementos principais: a ausência de doenças, o exercício pleno da vida em relação à potencialidade do ser, a qualidade de vida e o bem estar físico, mental e social, constituindo-se em objeto ideal com dimensões éticas, estéticas, bio-psíquicas e sociais.



Também é imprescindível a compreensão sobre capacidade de suporte e sustentabilidade, com maior clareza sobre o índice para limites das mudanças aceitáveis.

O planejamento tem que levar em consideração o limite do suporte. Os processos que ocorrem nas metrópoles e que levam a um crescimento desordenado devem ser identificados como elemento gerador da metrópole, sobre uma plataforma geológica. Aos elementos de sustentabilidade desta plataforma natural, em processos decisórios, nunca se podem sobrepor pontuais interesses de cunho político-administrativo de caráter imediatista.

A experiência contemporânea demonstra que as decisões públicas e o empoderamento social demandam a necessidade da informação de qualidade, de um pleno exercício da democracia e de participação social, como instrumentos transformadores da sociedade, e como elemento de exigência e controle social em nosso modelo civilizatório.

Dentro desse processo, o combate à exclusão social e o fortalecimento das instituições é imprescindível para a governabilidade, sendo que a institucionalização desejada demandará elementos de controle social que só podem ser atingidos por instrumentos de gestão participativa.

É preciso compreender e equacionar a dificuldade da intersetorialidade, frente à nossa habitual fragmentação do conhecimento e institucional. Essa prática em prol da integralidade deve ser uma proposta prioritária numa segunda fase do PMS, em que se buscará por eficientes instrumentos de gestão.

Colocar esse debate na agenda da sociedade é a missão do Programa Metrópoles Saudáveis, na tentativa de lançar luzes sobre o problema, em busca de possíveis soluções, incluindo-se maior compreensão pelas comunidades com relação às situações degradantes e de risco onde há de se considerar o saber popular como forte componente de percepção social.

É preciso compreender que as mudanças desejáveis nunca ocorrerão sem processos de mo-

bilização, conscientização, formação e mudança de comportamento da sociedade.

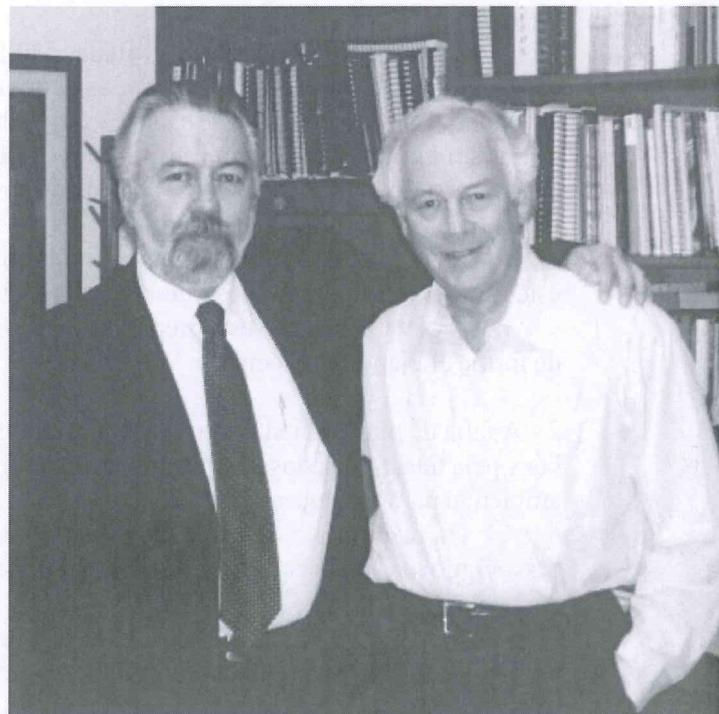
VI - Processos inerentes às metrópoles

Em nossa análise, a metrópole será considerada como um processo de urbanização que, apesar de sua sincronicidade e presença no mundo globalizado, tem feições próprias e dinamos particulares, ou seja, mecanismos próprios a cada realidade pesquisada, em termos regionais, nacionais e locais.

Identificamos três elementos processuais que organizam a compreensão do objeto proposto, a saber: o processo de urbanização, o processo de saúde/doença, o processo ecológico/social, além de um elemento processual crítico, cuja compreensão pluridimensional articula e contingencia os demais elementos na busca de soluções.

Ao lado destes, foram descartadas condições de vulnerabilidade dos sistemas ecológicos e de grupos determinados da população aos riscos de efeitos adversos à saúde humana e à sustentabilidade ambiental.

Carlos Bocuhy (PROAM) e Enrique Leff (coordenador da Rede de Formação Ambiental para a América Latina e Caribe, do PNUMA)





Estes riscos seriam resultantes dos ambientes deteriorados da metrópole em decorrência dos processos sociais, ecológicos, econômicos, culturais e políticos que nela (metrópole) se materializam e criariam situações de exposição, que por sua vez, são facilitadas para grupos sociais menos favorecidos pelo processo histórico de desenvolvimento capitalista subordinado que se observa na região da América Latina e Caribe.

Os debates promovidos pelo PMS apontaram para alguns processos gerais, como efeitos do fenômeno “metrópole” nos conglomerados abordados da América Latina e Caribe, que necessitam serem expostos, para a compreensão do fenômeno da “metropolização” e de seus determinantes globais, regionais e locais.

1 – A ausência de uma política de sustentabilidade para países em desenvolvimento leva à distribuição inadequada da população no território, onde a falta de fixação do homem em seu local de origem vem criando uma nova categoria de refugiados ambientais, em busca de sobrevivência nas grandes áreas urbanas.

Com urbanização descontrolada, não há capacidade de absorver os níveis elevados de novos influxos da população. A falta de habitação, trabalho e infraestrutura impactam significativamente a cidade como um todo, dando forma desregrada aos conglomerados urbanos.

As cidades não conseguem acompanhar este ritmo imposto por fatores interno externos.

A governança não está preparada para agir de forma eficiente neste cenário.

2 - A falta de planejamento territorial ocorre também pela falta de estudos de capacidade de suporte ambiental para as mega regiões urbanas.

O crescimento das áreas urbanas ocorre dissociado da perspectiva de sustentabilidade ambiental.

A plataforma geológica na qual se inserem as interações homem ambiente é ignorada. Assim,



Poluição no Rio Pinheiros (São Paulo, Brasil)

não há respeito à capacidade de suporte dos ecossistemas, nem tem sido aplicado o princípio da precaução nas intervenções urbanas.

Uma outra questão a ser definida são os limites, inclusive rural, para se conceituar a metrópole.

Não há consenso sobre o conceito de conurbação, mas os efeitos da metrópole se fazem sentir em grandes áreas de abrangência no que tange ao seu metabolismo.

Há outro aspecto relevante: é preciso identificar e considerar os efeitos sinérgicos das regiões macro metropolitanas, onde várias metrópoles interagem em reduzidos espaços geográficos, à exemplo das regiões metropolitanas de São Paulo, Campinas e Baixada Santista, onde ocorre a conurbação ao longo dos eixos viários e industriais e uma intensa pressão urbanizadora sobre as áreas rurais.

3 – Na escala metropolitana são melhor percebidas a vasta gama de relações associadas à realidade dos países de menor afluência de riqueza e bem estar, do ponto de vista econômico, principalmente quando estas estão concentradas e existem contundentes desigualdades sociais, étnicas e de gênero.



4 - As metrópoles se formam e expandem impulsionadas em grande parte por fatores econômicos que se consolidam em processos predatórios. Esses determinantes acabam por criar cenários de exclusão social, territorial, na geração de renda com desigualdades na empregabilidade, na equidade de acesso aos recursos e serviços essenciais à qualidade de vida, etc. Deve-se considerar que os agrupamentos humanos têm, em sua gênese, a lógica do valor da troca, onde a acumulação e a distribuição não equitativa de riquezas e a desigualdade da divisão do trabalho continua a levar a uma injusta ocupação socioespacial. Nas metrópoles, este reflexo da dinâmica de mercado transforma-se em comportamento aleatório para a ocupação do solo, ou em um planejamento excludente.

Esse crescimento da cidade formal tem ocorrido, através da destruição de bairros, outrora predominantemente residenciais e de baixa densidade. A existência de um grande estoque imobiliário vago, tanto comercial como residencial, demonstra que essa produção imobiliária tem tido um caráter especulativo, voltada à estreita parcela da população inserida nas classes alta e média-alta, criando uma oferta muito maior do que a demanda. Esse processo se configura como um paradoxo do ponto de vista ambiental, pois as áreas com maior dinâmica imobiliária formal e de infra-estrutura consolidada, vem apresentando crescimento populacional negativo, enquanto que o grande crescimento populacional tem ocorrido nas áreas carentes de infra-estrutura urbana, principalmente de saneamento ambiental e de transporte. A produção imobiliária da metrópole não cumpre sua função social, ocasionando estoques vagos de habitações;

5 - As motivações econômicas interferem nos processos metropolitanos antes da assunção dos governos, impossibilitando reações saudáveis e correções de rumo por falta de informação e discussão pública. Ressalta-se o papel das

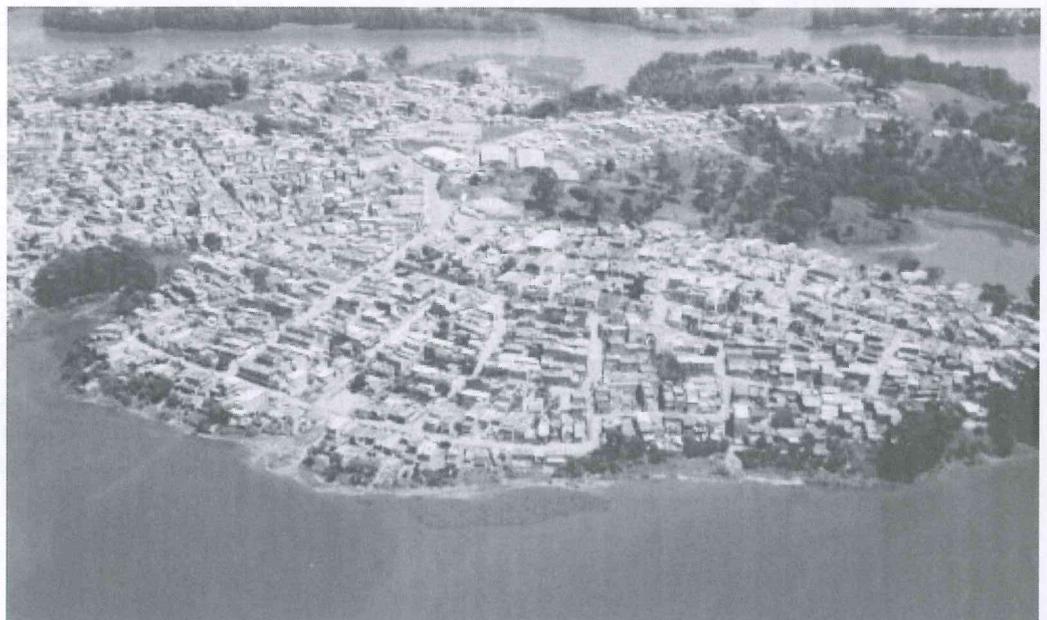
academias, muitas vezes contribuindo para as expectativas privadas em detrimento das expectativas públicas, ao assessorar empresas, perpetuando o modelo de cidades para consumo. De outro lado, deve ser papel das academias atender demandas da sociedade organizada, buscando parcerias frutíferas de cunho social.

6 - A velocidade de crescimento e a periferização apresentam uma escala evolutiva que normalmente foge à lógica urbana e conseqüentemente à capacidade de fornecimento de infra-estrutura e de investimentos para a correção do caos.

Ocorre um crescimento centrífugo, contínuo e predatório na ocupação do solo. Enquanto o centro urbano oferece infra-estrutura ociosa, populações vão morar na periferia, deslocando-se diariamente para o trabalho, muitas vezes assentados irregularmente em áreas de mananciais, inundáveis e de risco (declividade). No aspecto demográfico, há um ritmo de crescimento elevado da população, especialmente a de baixa renda, periférica e com maior índice de vulnerabilidade.

7 - O ritmo das ações e políticas que promovem a injustiça se implementam com muito mais velocidade e facilidade do que as que promovem a justiça, sendo que a velocidade da degradação é sobejamente superior à capacidade de recuperação pela sociedade. Há um desrespeito flagrante com relação à função social da propriedade.

Loteamento clandestino nas margens da Represa Billings (São Paulo, Brasil)





8 - O cenário atual demonstra a falta de empenho por parte do poder público para o cumprimento da lei. Pressões corporativas levam a uma redução da eficiência governamental, que cede à maior pressão em detrimento dos melhores interesses em prol da sustentabilidade ambiental. Esse papel reducionista de negociador para evitar desgastes políticos descaracteriza o papel do Estado. Grande parte das situações caóticas e de insalubridade já decorrem desta falta de cumprimento da legislação existente, detectando-se dificuldade para implementação de boa normatização frente à interesses imediatistas – o que demanda internalização social e mobilização em prol dos conceitos e boas práticas que contemplem um modelo de sustentabilidade como exigência social. Há falta de grupos sociais que trabalhem com a perspectiva de saúde ambiental, o que implica em falta de mobilização e de percepção social sobre os riscos ambientais inerentes ao atual modelo de crescimento urbano.

9 - Percebe-se ainda que os papéis na relação governo-sociedade civil são diferenciados a partir da consistência da instituição Estado.

Nas realidades com menor grau de institucionalização, há uma tendência em se buscar consensos mínimos para fortalecer a governança, enquanto que em situações de maior institucionalização os elementos de controle social e de participação são mais valorizados, seja no planejamento ou para a correção dos processos predatórios.

Depreende-se daí que a exigência e o controle social dependem do estágio da democracia, que por sua vez se traduz em robustas instituições democráticas com instrumentos participativos, imprescindíveis para a consecução de metrópoles saudáveis.

10 - Na ausência do Estado, as cidades desenhadas pela pressão econômica reiteram um histórico processo de saque do território, perpetuando fatores que reforçam o planejamento para o setor privado, para a especulação imobiliária, para o tráfego do veículo particular, com ausência de praças e calçadas.

Esses elementos estão entre outros que reforçam o lado patológico e metastásico da cidade, um meio fértil para o crescimento e manutenção de uma sociedade pouco saudável, onde passivos ambientais ensejam processos de conformização



Assoreamentos transformados em campos de futebol

forçada.

É imperativo resgatar o papel do Estado, em um processo no qual o sistema econômico deve participar, assumindo compromissos de responsabilidade social, entendendo-se esta obrigação como um dos princípios para garantir a sustentabilidade das comunidades. Há uma falta de políticas públicas e normas que levem em conta a questão de sustentabilidade e da relação ambiente população saudável em sua integralidade, notando-se uma negativa priorização de projetos governamentais, de obras e serviços, que não levam em conta as questões sócio-ambientais.

11- As proporções metropolitanas levam a um processo de ingovernabilidade, seja por imediatismo econômico, fragmentação administrativa ou pelos efeitos da escala caótica.

Planos diretores participativos e integrados aos planos metropolitanos são os grandes ausentes neste cenário. Nos países em desenvolvimento, nota-se uma lacuna institucional reconhecida por todos que participaram da discussão: a falta de um agente, não apenas de planejamento, mas de governo metropolitano.

Como forma de superar a fragmentação, defende-se também o uso de procedimentos e coordenação regional.

12 - A apropriação dos espaços para a especulação imobiliária leva à periferação da metrópole, com número insuficiente e qualidade inadequada de moradias. Há falta de equipamentos públicos, e de uma forma geral, são precários os espaços para lazer e convivência, fundamentais para a prática de exercícios ao ar livre e para a saúde preventiva, além



do estímulo à convivência e ao espírito comunitário. Assim, as mudanças no uso do solo urbano levam a uma contínua desvalorização de espaços verdes e públicos; com falta da preservação do cinturão verde envoltório, que representa a produção de serviços ambientais essenciais para as metrópoles, como regulação climática, seqüestro de poluentes, produção de água e manutenção da biodiversidade.

13 - Não são criados nem utilizados instrumentos fiscais e financeiros para reorientar a produção imobiliária (como por exemplo, impostos como IPTU progressivo no tempo, desapropriações, parcelamento, edificação e utilização compulsórias); nem o estabelecimento de Zonas Especiais de Interesse Social; de zoneamento ou a realização de sua revisão para maior controle de uso e ocupação do solo.

14 - Importante salientar a necessidade da eficácia na mobilidade urbana, de forma a proporcionar o acesso e direito às oportunidades da cidade, diante da insuficiência e inadequação dos meios, de infraestrutura e fiscalização das vias e trânsito, além do privilégio do transporte particular individual, com a supervalorização do automóvel como meio de transporte que oferece liberdade e flexibilidade exigida pelos deslocamentos relacionados ao trabalho e formas de lazer oferecidas pela metrópole.

Outra questão fundamental é a matriz energética de transportes, baseada em combustíveis fósseis, que gera problemas ambientais de sua produção até a combustão final em motores automotivos – utilizados quase que de forma individual. Ressalte-se a concentração de ozônio troposférico, que ocorre em função da saturação das emissões em áreas como os grandes conglomerados, com intensa concentração de tráfego e indústrias.

15 - Faltam iniciativas de revitalização e ressetorização, com os devidos cuidados ambientais, o que tem levado à exposição de elementos tóxicos, populações que se instalam sobre antigas áreas contaminadas, na vizinhança de pólos industriais ou proximidades de indústrias contaminantes. Há falta de uma devida avaliação da qualidade ambiental e dos riscos decorrentes dessas realidades urbanas. O mapeamento e recuperação de áreas contaminadas, assim como a assistência às

comunidades expostas, demandam políticas nacionais para resíduos sólidos e para a segurança química, garantindo à nossas realidades urbanas um ambiente livre dos riscos trazidos por resíduos perigosos.

Devidô ao processo histórico de industrialização acelerada, sem cuidados ambientais, nota-se o aumento de áreas contaminadas e dos passivos ambientais não equacionados, com poluição da água, do ar e do solo, o que eleva o risco e a exposição das comunidades a elementos tóxicos.

16 - A água está entre os elementos naturais mais degradados, apesar de ser um bem natural determinante para a vida e estratégica para a sobrevivência das cidades. A falta de potabilidade e a escassez hídrica são consideradas o maior desafio a ser enfrentado pelas comunidades urbanas do futuro, mas apesar disso os projetos de saneamento ainda são insuficientes para a correção da degradação.

É importante ressaltar que as necessidades das atuais e futuras gerações devem ser supridas de forma eqüitativa como uma prioridade de governo, pois a escassez hídrica atingiria não só o abastecimento humano, mas a qualidade de vida como um todo, incluindo a geração de empregos e o setor produtivo, essenciais para a existência das cidades.

Dessa forma, nos encontramos diante do risco da suplantação da capacidade de suporte ambiental em decorrência de esgotamento de recursos naturais; da fragilização irreversível dos ecossistemas; e da ausência de políticas adequadas para recursos naturais que levem em conta as situações sócio-ambientais das metrópoles.

Poluição no estuário da Baixada Santista





17 - Drenagem de recursos naturais de outras regiões, com transposição de bacias hidrográficas e a importação de água; avanço da desertização e da perda da capacidade de produção e armazenagem de água por fragilização dos ecossistemas e assoreamento dos corpos de água, eutrofização e aumento da carga difusa nos rios e represas levando-os à morte social, às drásticas alterações da paisagem e exposição das comunidades.

18 - Presença de atividades e ocupações do solo que levam à: alterações da regulação climática, criando ilhas de calor em áreas definidas da metrópole; do regime hídrico, levando a inundações e enchentes agravadas pelas alterações por impermeabilização do solo e condições topográficas; da qualidade do ar, água, solo e alimentos (poluições).

19 - Condições na metrópole que favorecem a atuação de agentes físicos específicos (radiações ionizantes e não ionizantes, ondas eletro-magnéticas, calor, energia mecânica como som, ruído, etc.) decorrentes de atividades produtivas industriais, agrícolas, de mineração e de transporte de cargas e trabalhadores, atingindo compartimentos ambientais, serviços e áreas ocupadas.

20 - Desinformação em todos os níveis e instâncias do poder, sobre as questões ecológicas e a gravidade da situação dos ecossistemas que servem as áreas metropolitanas, inibindo as possibilidades de evitar degradações previstas e suas conseqüências.

21 - Processos de educação deficitários, com impossibilidade de acesso, deficiência de quantidade (oferta pública), problemas na qualidade de ensino, falta de acesso pela localização das unidades, necessidades de recursos humanos não satisfeitos, recursos financeiros e competição desigual por vagas das universidades públicas, números insuficientes de vagas, privilégio do ensino privado, escassez de cursos de graduação na área ambiental, bem como de pós-graduação,

incluindo aqueles que articulam a questão ambiente-sociedade-saúde, estágio insipiente e inexistente de educação ambiental.

22 - É preciso compreender as alterações no perfil demográfico, como por exemplo, o envelhecimento da sociedade, uma tendência internacional, que implica em políticas específicas no sentido de adequação do espaço urbana às novas demandas, principalmente para o atendimento das populações mais pobres.

23 - Adoção de valores ético-estéticos relativos ao corpo e aos afetos, veiculados por órgãos de informação e da mídia em geral, que os caracterizam como elementos de mercado e por eles são regulados.

24 - Nota-se uma perda de afetividade com relação à cidade e entre a comunidade, notadamente nos bairros mais privilegiados economicamente, regrados por um modelo de consumo que valoriza “coisas” e não a afetividade.

A perda de espírito comunitário é mais palpável nas áreas de maior poder aquisitivo do que nas periferias.

De outro lado, a ausência do Estado, seja em equipamentos públicos ou para a promoção da igualdade de oportunidades, tem levado as periferias a um alto índice de criminalidade e violência.

População se protege cada vez mais contra a violência





25 - Alimentação em quantidade e qualidade insatisfatórias (uso de agrotóxicos na produção, mal formulação de nutrientes para o solo). Notam-se hábitos alimentares induzidos por meios publicitários, voltados para o consumo, assim como o sedentarismo e tendências ao imobilismo, além de outros hábitos nocivos e vícios (cigarro, bebidas alcoólicas e outras drogas).

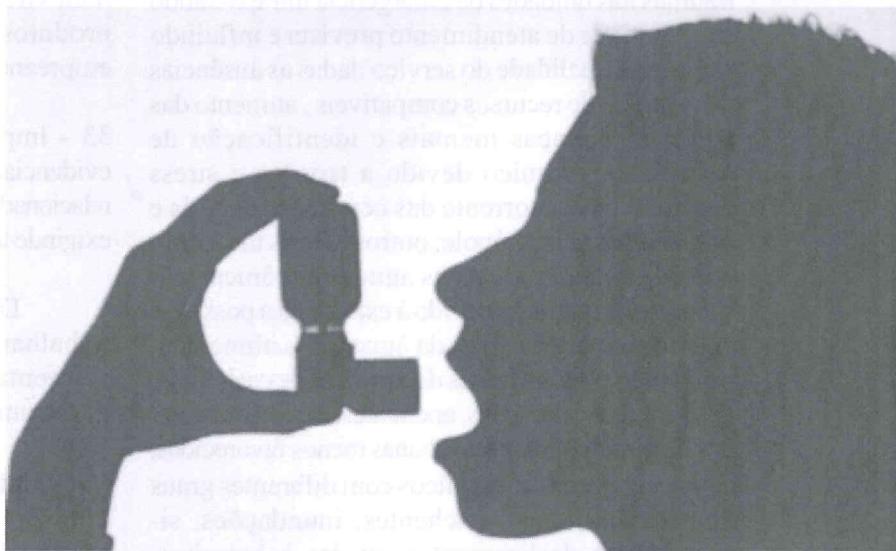
26 - Riscos de doenças infecto-contagiosas como HIV e moléstias como dengue e cólera, principalmente entre populações menos favorecidas.

27 - Condições de vulnerabilidade da população às exposições ambientais potencialmente causadoras de agravos à saúde decorrentes de processos sociais, econômicos, culturais e políticos que se expressam na metrópole, como: baixos salários, pobreza, populações abaixo do nível de sobrevivência, desemprego, ocupação informal, perda de direitos trabalhistas, violência inter-pessoal e coletiva, conflitos de grupos armados, disputas de gangs juvenis, brigas por pontos de comercialização de drogas, roubos, latrocínios, arrastões, milícias privadas, disputas ilegais de solo urbano, baixos níveis de educação formal e técnica, analfabetismo, ausência de infra-estrutura básica de transporte coletivo, de saneamento e de habitação, mudanças no perfil de morbimortalidade da população metropolitana por causa, grupo etário, sexo, local de residência e ocupação em decorrência de mudanças consistentes do padrão ambiental e/ou por alterações episódicas ou temporárias das condições ambientais metropolitanas, aumentos das taxas de mortalidade e das taxas (incidência e prevalência) de morbidade por causas específicas em grupos populacionais particulares associados a ocorrências de alterações do ambiente, dada a presença neste de agentes patogênicos, cargas e situações de risco específicas com capacidade para produzir agravos determinados à saúde das populações humanas; características do serviço de saúde que podem comprometer a atenção em suas várias modalidades (prevenção, diagnóstico, terapêutica e reabilitação) em relação aos eventos

e acontecimentos das diferentes fases do processo saúde/doença relacionados ao ambiente.

28 - Os efeitos adversos à saúde que compreendem, entre outros: vários tipos de câncer, doenças do aparelho respiratório, doenças do aparelho cardiovascular, doenças da pele, alterações imunitárias e endócrinas, transtornos do parto e puerpério, mal formações congênitas, doenças hereditárias, intoxicações, etc.

29 - O aparecimento destes efeitos, sob a forma de doenças, causam alterações nos serviços de



População sofre com problemas respiratórios

saúde, via de regra, despreparados para receber um maior fluxo de pacientes e sem os meios específicos para estabelecer os diagnósticos etiológicos, de grande importância para a instauração do esquema terapêutico e a comunicação dos eventos às autoridades sanitárias encarregadas da prevenção e controle das enfermidades relacionadas ao ambiente.

30 - Aumento da mortalidade geral e da mortalidade causadas por doenças respiratórias e cardiovasculares em idosos; aumento do número de óbitos fetais tardios; aumento de mortalidade por doenças respiratórias em crianças e idosos; aumento do tempo da permanência de internação hospitalar por doenças cardiovasculares; aumento do número de admissões hospitalares por doenças respiratórias



em geral e de atendimentos em unidades de emergência por doenças respiratórias em criança; alteração de parâmetros indicadores de doenças inflamatórias, variabilidade da frequência cardíaca e aumento da pressão arterial em controladores de tráfego; maiores aumentos de morbimortalidade por doenças respiratórias nas populações de piores condições socio-econômicas, aumento da mortalidade por causas externas, principalmente devido a acidentes por veículos a motor em pedestres, atingindo os grupos etários de idosos e jovens com predominância do sexo masculino e homicídios por armas de fogo em adultos jovens do sexo masculino; aumento do atendimento por traumas nas unidades de emergência ultrapassando a capacidade de atendimento prevista e influenciando na própria qualidade do serviço dadas as ausências de previsão de recursos compatíveis, aumento das taxas de doenças mentais e identificação de sofrimento psíquico devido a tensões e stress permanentes decorrente das condições de vida e do trabalho na metrópole; outros efeitos tais como episódios de intoxicações agudas e crônicas por substâncias químicas devido à exposição a possíveis contaminações do solo, da água e dos alimentos, bem como óbitos e lesões decorrentes de catástrofes ambientais (inundações, enchentes, deslizamentos), principalmente em áreas urbanas menos favorecidas, acontecimentos catastróficos com diferentes graus de previsibilidade: enchentes, inundações, sifonamentos, deslizamentos, quedas de barreiras, ventanias, tempestades, tornados, furacões, sismos.

31 - Há um processo negativo de cunho cultural, onde marcos referenciais da cidade são con-

Imagem de tornado no Brasil



tinuamente destruídos por processos predadores, contrários ao melhor interesse público. Essas questões só poderão ser equacionadas por exigência social, com o devido envolvimento comunitário, com auxílio de agentes mais informados e lúcidos, proporcionando respostas sociais mais eficientes.

Nota-se também uma ausência de elementos multiplicadores e de ação neste processo, como ocorreu, por exemplo, com as brigadas urbanísticas criadas em Portugal.

32 - Desqualificação de manifestações culturais locais por falta de apoio, viabilidade e espaço nos meios de comunicação, com a adoção paralela de produtos midiáticos viabilizados por grandes empreendimentos de mercados.

33 - Importante ressaltar que os processos aqui evidenciados apresentam efeitos concorrentes, inter-relacionados, com aspectos de realimentação e sinergia, exigindo também soluções amplas e integradas.

Destaca-se ainda a inadequação de se trabalhar aspectos antrópicos dissociados dos ambientais, detectada em várias abordagens governamentais.

VII - Indicadores para Metrôpoles Saudáveis

Nenhum sistema de indicadores existente pode capturar a riqueza de todos esses processos aqui detectados, que incluem interações sinérgicas sucessivas.

• O objetivo do Programa Metrôpoles Saudáveis é apontar alguns quesitos sobre indicadores que permitam uma abordagem mais integral, que possa constituir uma plataforma de decisão política no enfrentamento dos problemas de saúde ambiental, com especial enfoque para a sustentabilidade temporal e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, principalmente no que diz respeito ao princípio nº 7, da sustentabilidade.

Ressaltamos a importância retratada no estudo do programa HABITAT, “Estado das Cidades do Mundo”, de 2006, que destaca o papel

crítico das cidades e a necessidade de indicadores detalhados, em especial para as cidades situadas em países em desenvolvimento. Em todas as áreas, indicadores urbanos são cruciais para monitorar tendências e medir os impactos de intervenções.

• Sobre metodologia e indicadores, vale ressaltar aspectos do recente estudo “City Indicators: now to Nanjing”, apresentado pelo Banco Mundial durante o 3º Fórum Urbano Mundial, ocorrido em Vancouver, em 22 de junho de 2006:

“Considerável informação na metodologia para construir bons indicadores está disponível, e há agora um consenso informal quanto ao conjunto de características que um indicador deve satisfazer.

Todos os indicadores compartilham de um processo comum no ciclo de construção que consiste em três etapas: (1) coleção dos dados em si, (2) construção da estatística, e (3) criação de indicadores a partir da estatística.

A qualidade do indicador depende crucialmente de como cada um destes estágios é “eficientemente” executado”.

Sobre dados em bruto: “a coleção de dados em bruto requer uma amostragem representativa em nível da cidade, ou a disponibilidade de “medidas” que permitam a extrapolação. Os dados devem ser coletados de uma maneira sistemática para ser comparável através do tempo e através das cidades”.

Sobre Estatística: “às vezes, as estatísticas podem ser usadas diretamente como indicadores, mas na maioria de casos são justo a parte do processo de construção do indicador. Por exemplo, estatísticas como o nível médio de instrução da população desempregada, podem dar uma boa noção do nível de habilidade dos indivíduos que estão procurando trabalhos, e poderia então ser usado para orientar as políticas que podem ser relevantes para esta situação.

Entretanto, quando e onde a composição da força de trabalho muda através do tempo, esta medida já não é um bom indicador.”

Sobre Indicadores: “estes são geralmente,

mas não necessariamente, construídos a partir das estatísticas. São números simples comparáveis através do tempo e do espaço e têm uma ligação clara com as implicações políticas”.

Sobre Índices: “estes são construídos através de combinações consideradas dos indicadores e geralmente usados para descrever um desempenho total. Por exemplo, o Índice do Desenvolvimento da Cidade (IDC) foi desenvolvido como um protótipo para o Habitat II para classificar as cidades de acordo com seu nível de desenvolvimento.

O IDC é baseado em cinco sub-índices (o Produto da Cidade, a Infra-estrutura, a Administração do Lixo, Saúde e Educação), o valor total varia de 0 a 100”.

Sobre Dados em Bruto e Origens de Dados Potenciais e Existentes: “mesmo que haja um entendimento comum que os dados comparáveis através do tempo e com cruzamento entre si sejam fundamentais para construir indicadores úteis, a maioria dos países falhou neste primeiro estágio. Tipicamente isto acontece porque falta capacidade (habilidade e financiamento) para as cidades coletarem dados locais exatos, ou faltam recursos para transformar dados nacionais usando considerações apropriadas.

Os dados que são atuais e geralmente disponíveis vêm dos censos, pesquisas nacionais sobre a família, população demográfica, saúde, pesquisas que medem padrões de vida, registros estáticos vitais, dados administrativos ou de infraestrutura disponíveis nas companhias públicas ou prestadoras de serviços privadas, ou pesquisas específicas.

O censo é a mais importante fonte de dados para fornecer informação em nível da cidade. Entretanto, devido a seu custo elevado é coletado geralmente em períodos longos (tipicamente a cada 5 ou 10 anos).

As pesquisas nas residências incluem dados sócio-econômicos da casa ou do indivíduo, mas geralmente são representativos em nível do estado, e nenhuma desagregação a nível local é possível”.



Sobre os novos indicadores urbanos, o documento aponta a necessidade de “aumentar a capacidade e melhorar os sistemas de gerência de informação a nível local para coletar e analisar os dados já existentes em métodos padronizados.

Isto permitirá comparações transversais e longitudinais. Se novos dados necessitam ser coletados, têm que ser incorporados em um dos sistemas existentes da cidade para garantir a continuidade de sua coleta”.

Consideradas essas questões de metodologia para a obtenção de indicadores confiáveis, além da complexidade dos processos envolvidos, é possível concluir que:

1 – Até o presente momento, diante da quantidade, escala e intensidade de reprodução e sinergia dos processos aqui registrados, há uma dificuldade justificada para uma padronização que permita medir a qualidade e a sustentabilidade das metrópoles. Não há estudos de capacidade de suporte ambiental que possam servir como plataforma que leve em consideração a integralidade dos aspectos que interagem nesses conglomerados. Existem no planeta milhares de indicadores e centenas de atores que compilam e atualizam indicadores urbanos – mas não existe um grau de padronização que traduza os ambientes saudáveis e sustentáveis que possam ser aplicado de forma reconhecida, conjunta e integrada, no sentido de avaliar aspectos tão amplos e pluridisciplinares, característicos dos processos aqui identificados.

2 - É preciso considerar que a utilização dos indicadores hoje em uso para a mensuração da qualidade das cidades, deve evidenciar sua praticidade e sensibilidade em captar os anseios e a percepção da sociedade. De outro lado, é fundamental a democratização neste processo, retornando a informação com inteligibilidade, de forma que a sociedade tenha meios de aferir e se apropriar do conhecimento. Destaca-se que as instâncias governamentais muitas vezes tendem a manipular indicadores, pressionadas em suas atribuições e obrigação de fazer, dentro de um processo caótico.

3 - A dinâmica metropolitana exige um processo de aprimoramento sobre os indicadores clássicos, considerando a interação dos processos envolvidos.

É preciso compreender que a escala metropolitana não evidencia apenas um salto na competência administrativa trazendo fatores que envolvem ecossistemas amplos com toda sua complexidade.

Nesse sentido, a utilização de indicadores metropolitanos pressupõe uma metodologia diferenciada da que é utilizada em cidades menores, levando-se em consideração a característica de limites ou para além do limite de capacidade de suporte do meio. Esse processo, no nível dos limites de esgotamento e da saturação envolve, na maioria das vezes, a compreensão de uma patologia construída e consolidada, cujas dimensões e dinâmica são diferentes das cidades menores.

Essa percepção de escala é um elemento central para a adoção de indicadores para metrópoles.

4 - Assim, a identificação de indicadores, sua representatividade e seus resultados, pressupõem um processo de padronização que permita o aferimento por uma terceira parte, com a instituição de mecanismos de informação e participação que permitam o envolvimento da sociedade organizada, num processo de realimentação e contínuo aprimoramento. A publicação anual de relatórios da qualidade metropolitana é fundamental, bem como sua divulgação pelos meios de comunicação social.

A validação desse processo, em busca de uma padronização universal, deve atingir proporções locais e global, passando pelas questões culturais e considerando diferentes estágios de desenvolvimento das sociedades.

Desmatamento provocado pelo Rodoanel, (São Paulo, Brasil)





VIII – Instrumentos de gestão e políticas públicas para metrópoles saudáveis

Os indicadores para metrópoles saudáveis são fundamentais para diagnosticar o estado das metrópoles nos aspectos da saúde ambiental e de sustentabilidade, a partir da percepção do conjunto da sociedade, em busca da superação dos processos aqui apontados.

Este é o grande desafio que se impõe a partir de agora para o Programa Metrópoles Saudáveis (PMS): a busca de soluções.

Num primeiro momento, optamos por promover uma intensa troca de experiências entre as cidades envolvidas, evidenciando e avaliando as boas práticas ambientais que têm tido algum sucesso para a sustentabilidade metropolitana.

Uma avaliação da adequação dos instrumentos de gestão, diante dos desafios aqui apontados, não poderá prescindir da inclusão da clássica avaliação de impactos ambientais de caráter regional, como por exemplo, a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), que permite a tomada de decisão política em prol de um plano ou programa de gestão, levando em consideração um amplo cenário

espacial e os diferentes planos e políticas setoriais envolvidos.

São elementos fundamentais para um modelo de sustentabilidade as políticas globais, regionais integradas e uma boa e eficiente normatização ambiental, com meios de implementação, assim como a eficiência nos processos de licenciamento ambiental com visão abrangente e integrada, associados à análise de riscos que envolvam a percepção da comunidade.

Todo este processo só será possível por meio da percepção, compreensão, formação e transformação do comportamento da sociedade, promovidos por iniciativas como o Programa Metrópoles Saudáveis (PMS).

Finalmente, deixamos claro que este movimento da cidadania, que se reúne numa rede caracterizada como supra-institucional e supranacional, manifesta-se com o firme propósito de contribuir e exigir, dos agentes públicos, uma atuação responsável diante da revelação de um cenário sombrio, cuja apreensão e irreversibilidade justificam nossos maiores esforços, enquanto sociedade, para a garantia da saudável qualidade de vida.

Frades abençoando Rio Tietê (São Paulo, Brasil)





IX – Especialistas e organizações que contribuíram com depoimentos para este processo de construção coletiva (em ordem alfabética):



Carlos Bocuhy
Pres. do PROAM



Pablo Mesa - *Secretário de Meio Ambiente da Cidade de Buenos Aires*



Guilherme Franco Neto - *Coord. Geral do CGVAN - Centro de Vigilância Ambiental em Saúde do Ministério da Saúde do Brasil*

- Alberto Derlindatti** - Dirección de Salud Ambiental del Ministerio de Salud de Argentina
- Alcidino Bittencourt Pereira** - Diretor Presidente do COMEC-Paraná -Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba
- Alejandro Rofman**- Investigador del CONICET y del Centro de Estudios Urbanos y Regionales de la Universidad de Buenos Aires
- Alfésio Braga** - Laboratório de Pesquisas de Poluição Atmosférica da Universidade de São Paulo (USP)
- Alfredo Stern** - Secretario de Salud del Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires
- Amarildo Fernandes Gestão Sistêmica** - Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (POLI/UFRJ)
- Anamaria Tambellini** - Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP)
- Anthony Wong** - Médico Toxicologista
- Antonio Brailovsky** - Professor del Ciclo Básico Común de la Universidad de Buenos Aires
- Antônio José Daloia** - Procuradoria da República de Santos – São Paulo
- Aziz Ab'Saber** - Geógrafo
- Carla Costa** - Pesquisadora do Imazon - Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
- Carlos Alberto Sanseverino** - Presidente da Comissão do Meio Ambiente da OAB/SP
- Carlos Bocuhy** - Presidente do Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental (PROAM)
- Carlos Cañas** – Gobierno de La Ciudad Autonoma de Buenos Aires
- Carlos Contreras** - Director de Promoción de la Salud de la Municipalidad de Miraflores – Lima, Peru - La metrópolis para niños y adultos mayores.
- Carlos E. Ponzio** - Periodista de Radio (Splendid y Belgrano)
- Carlos Fernández Balboa** - Fundación Vida Silvestre – Buenos Aires
- Carlos Figueiredo Mourão** - IBAP / Procuradoria Geral do Município de São Paulo
- Carlos Lombardi** - Programa de Tecnologías Limpias, Dirección General de Política y Evaluación Ambiental del Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires
- Carlos Mena Brito** – Centro Mario Molina – México Programa Estratégico de Cálidas de Aire para la Ciudad de México.



Carmen Cecília de Campos Lavras - Pró-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários de Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC)

Claudia Natenzon - Programa de Investigación en Recursos Naturales (PIRNA) - Universidad de Buenos Aires

Cláudia Oliveira - (FAU-USP) - Universidade de São Paulo

Claudio Ferreño - Vice-presidente de la Comisión de Salud

Cristina Teresa Carbalho - Dirección de Capacitación y Curriculum - Ministerio de Educación de la Provincia de Buenos Aires

Daniel Arroyo (Secretário de Políticas y Desarrollo Humano – Argentina)

Daniel Sabsay - Director Ejecutivo de Fundación Ambiente y Recursos Naturales (FARN)

Daniela García - Programa de Educación Ambiental - Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires

David Kullock - Profesor de la Facultad de Arquitectura, Diseño y Urbanismo de la Universidad de Buenos Aires

Diego Chmielevsky – Fundación Metropolitana

Donato Spaccavento (Hospital Dr. Cosme Argerich, Argentina)

Edgardo Giani (Secretaria de Política Ambiental PBA, Argentina) Evaluación de riesgos Ambientales, desarrollo de metodología.

Eduardo Epsztejn - Secretario de Producción, Turismo y Desarrollo Sustentable del Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires (SPTyDS GCBA)

Eduardo Nobre - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP)

Elio Lopes dos Santos - Engenheiro - Consultor do Ministério da Saúde

Eloísa Rolim - Diretora Técnica da Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A - (EMPLASA)

Ernesto de Titto - Coordinación de Ambiente y Salud, Secretaria de Ambiente y Desarrollo Sustentable, Ministerio de Salud y Ambiente de la Nación

Geraldo Rangel - Promotoria de Meio Ambiente de São Paulo – São Paulo

Ginés González García – Ministro de Salud y Ambiente de La Nación

Graciela Gerola - Presidenta de la Asociación Interamericana de Ingeniería Sanitaria y Ciencias del Ambiente (AIDIS – Argentina)

Guilherme Franco Neto - Coordenador Geral do CGVAN - Centro de Vigilância Ambiental em Saúde do Ministério da Saúde do Brasil

Guilherme Purvin de Figueiredo - Instituto Brasileiro de Advocacia Pública (IBAP)



*Pedro Del Piero
Pres. de la Fundación
Metropolitana*



*Jacobo Finkelman
Epidemiologista Ambiental*



*Juan Manuel Velasco
Pres. de la Comisión de
Ecología de la Legislatura de
la Ciudad de Buenos Aires*



Ernesto de Titto
Coordinación de Ambiente y Salud



Máximo Lanzetta
Secretário Adjunto de Meio Ambiente da Província de Buenos Aires



Alfésio Braga
Laboratório de Pesquisas de Poluição Atmosférica da USP

Haroldo Mattos de Lemos - Presidente do Instituto Brasil - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)

Heitor Marzagão Tommasini - Membro do Conselho Estadual de Medio Ambiente de São Paulo e do Movimento Defenda São Paulo

Helio de Oliveira Santos - Presidente do Conselho de Desenvolvimento Metropolitano e Prefeitura da Cidade de Campinas

Horacio Walter (Director general de política y evaluación ambiental, GCBA – Argentina) Programa Buenos Aires Produce + Limpio

Irene Domenech - Dirección de Salud la Peía. de Buenos Aires

Jacobo Finkelman - Epidemiologista Ambiental

João Carlos Peres – (ABRADECEL) – São Paulo

Jorge Etcharrán - Secretario de Política Ambiental de la Provincia de Buenos Aires

Jorge Morello - GEPAMA, Facultad de Arquitectura, Diseño y Urbanismo de la Universidad de Buenos Aires

José Antônio Pagés – (Representante OPS - Argentina)

Jose Benedito de Almeida David - Reitor da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC)

José Carlos Mascari Bonilha - --Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Meio Ambiente e Urbanismo do Ministério Público do Estado de São Paulo (CAO-UMA)

José Goldemberg - Ex- Secretário de Estado do Meio Ambiente de São Paulo

José Manoel Ferreira Gonçalves - Radio Jovem Pan - Jornalista

José Nuzzi Neto - Presidente do Instituto Brasileiro de Advocacia Pública (IBAP)

José Pedro Martins - Jornalista e escritor

Juan Manuel Velasco Presidente de la Comisión de Ecología de la Legislatura de la Ciudad de Buenos Aires

Juan Picolotti (Jefe de Gabinete de la Secretaría de Ambiente y Desarrollo Sustentable, Argentina) La formación de la Autoridad de Cuenca Matanza – Riachuelo.

Karina Chierzi - Coordinadora Operativa de la Red Argentinade Municipios y Comunidades Saludablesdel Ministerio de Salud de Argentina (OPS)

Kakuko Nagatani Yoshida (DEWALAC / PNUMA Escritório Regional para América Latina y el Caribe)

Laura Rocha - Periodista del Diario La Nación - Membro de la Asociación Argentinade Periodistas Ambientales

Ljubica Latinovic (Director General de Promoción de La Salud Del Ministerio da Salud, México) Promoción de la salud em área urbana Distrito Federal.

Luiz Alberto Amador Pereira - Laboratório de Pesquisas da Poluição Atmosférica (USP)



Luiz Augusto Baggio - Presidente da Agência Metropolitana de Campinas

Magda Lombardo - Geógrafa

Marcela Gregori (Facultad de Ingeniería, Universidad Nacional de La Plata) Evaluación Ambiental Estratégica. Experiência em Província de Buenos Aires

Marcela Vitale - Área Medio Ambiente y Desarrollo Sustentable - Fundación ISALUD – Instituto Universitario – Buenos Aires

Marcelo Vensentini - Subsecretario de Medio Ambiente del Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires (SSMA SPTyDS GCBA).

Márcia Westphal - Núcleo de Pesquisas do Centro de Estudos, Pesquisa e Documentação em Cidades Saudáveis (USP)

Marcus Vinicius Gramegna - Movimento Defesa São Paulo

Maria Cecília Way de Brito - Diretora do Instituto Florestal/ Secretaria Estadual de Meio Ambiente

Maria Eugênia Di Paola (Directora Área de Investigación y Capacitación, Fundación Ambiente y Naturales, Argentina)

Maria Helena Ferreira Machado - PROEXT – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU)-(PUC) Campinas

Maria Inês Pedrosa Nahas - Coordenadora do programa Índices de Desenvolvimento Humano Sustentável (PUC) Minas Gerais

Maria José Camparini Nogueira de Sá - PROEXT-CGPE – (PUC) - Campinas

Maria Mercedes Di Virgilio - Instituto de Investigaciones Gino Germani, Universidad de Buenos Aires / Instituto del Conurbano, Universidad Nacional de General Sarmiento

Mariana García Torres - Defensoria del Pueblo de la Nación Argentina

Mário Rovere – Docente de post grado Universidad de Rosario, UBA, FLACSO – Argentina)

Mauro Wilken - Conselheiro do Conselho Estadual do Meio Ambiente de São Paulo (CONSEMA/SP)

Máximo Lanzetta - Secretário Adjunto de Meio Ambiente da Província de Buenos Aires

Miguel Malo - Organização Pan-Americana da Saúde - Brasil

Mora Arauz - Fundación Ciudad – Buenos Aires - Programa “La ciudad de todos” (TV Plus Satelital)

Nelson Marques da Silva Filho - PROEXT – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) – PUC-Campinas

Netuno Leão - Pesquisadores do Imazon - Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia

Nora Clichevsky - Investigadora CONICET - Univ. de Buenos Aires

Oriel da Rocha Queiroz - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Americana



Ramiro Rodriguez
Diretor de Qualidade Ambiental de La Paz/Bolivia



Maria Helena Machado
(PUC) Campinas



Anamaria Tambellini
ENSP - Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz



Alcidino Bittencourt Pereira
Diretor Pres.do COMEC- Paraná



Guilherme Purvin de Figueiredo - Instituto Brasileiro de Advocacia Pública (IBAP)



Netuno Leão
Pesquisador do Imazon

Oswaldo Arsênio Seva - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Pablo Mesa - Secretário de Meio Ambiente da Cidade de Buenos Aires

Patrícia Macagno (Coord. Área de Indicadores de Desarrollo Sostenible y Estadísticas Ambientales, GCBA, Argentina)

Patrícia Sepe (Secretária Del Verde y de Médio Ambiente de la Prefectura de San Pablo)

Patrícia Ulson Pizarro Werner - APRODAB / Instituto Brasileiro de Advocacia Pública (IBAP)

Patrícia Coelho - Movimento Defesa São Paulo

Paulina Nabel (Investigadora CONICET / MACN Directora Atlas Ambiental Metropolitano)

Paulo Bastos - Movimento Defesa São Paulo

Paulo Jorge Moraes Figueiredo - PROAM - Coordenador da Universidade Metodista de Piracicaba, Estado de São Paulo (NIEMAES)

Paulo Sérgio Castilho Muçouçah - Diretor do Programa de Gerenciamento Ambiental Territorial do Ministério do Meio Ambiente do Brasil

Pedro Del Piero - Presidente de la Fundación Metropolitana

Pedro Pérez - Investigador del CONICET y de la Universidad Nacional de San Martín

Piedad Huerta (Oficial de Programa de OPS - El Paso - Texas) Programa de Promoción de la salud em área metropolitana fronteriza. (EEUU-México)

Ramiro Rodriguez - Diretor de Qualidade Ambiental de La Paz/ Bolívia

Raúl Fernández Wagner - Universidad Nacional de General Sarmiento

Renato Tagnin - Arquiteto, Consultor na Área ambiental e Professor e Pesquisador do SENAC

Roberto Francine Jr. - Conselheiro do Conselho Estadual do Meio Ambiente de São Paulo (CONSEMA)

Roberto Luís de Oliveira Pimentel - Promotor de Justiça e Assessor do Centro de Apoio Operacional de Urbanismo e Meio-Ambiente do Ministério Público de São Paulo (CAO-UMA)

Rodrigo Antonio Braga Moraes Victor - Coordenador do Programa da UNESCO Reserva da Biosfera da Mata Atlântica do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo

Rogério Emilio de Andrade - Instituto Brasileiro de Advocacia Pública (IBAP)

Romina Picolotti (Secretaria de Ambiente y Desarrollo sustentable de la Nación, Argentina)

Rosinha Fier - Médico Sanitarista e Deputado Federal

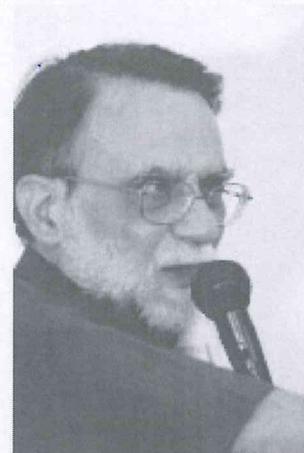
Rubens Russo Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, Brasil (SABESP)



Sandra Hacon - Fundação Oswaldo Cruz
Sérgio Zaratín (Presidente Del Consejo de La Reserva de la Biosfera Del Cinturón Verde de la Mata Atlántica de San Pablo)
Programa Reserva de Biosfera de São Paulo - UNESCO
Silvana Iervolino Bocuhy - Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental (PROAM)
Silvia Ferrer (Coordinadora de Salud Ambiental GCBA, Argentina) Coordinación em salud ambiental.
Silvia Suárez Arocena (Secretaria de Política Ambiental - PBA)
Sueli Betine - Diretora da Faculdade de Engenharia Ambiental / CEATEC Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC)
Valentina Denizo - CDHU / Universidade SENAC
Veronica Odriozola - Greenpeace Argentina
Wagner da Costa Ribeiro - Geógrafo - Universidade de São Paulo (USP)
Wilson Ribeiro dos Santos Junior - Diretor da FAU - PUC-Campinas
Yara Schaeffer Novelli - Bióloga

Outras instituições que colaboraram com depoimentos para os seminários:

AMAPPH - Associações dos Moradores e Amigos do Pacaembu, Perdizes e Higienópolis
Associação de Segurança e Cidadania - SP
Associação do Jardim das Bandeiras - SP
AMJS - Associação dos Moradores do Jardim da Saúde - SP
ASSAMPALBA - Associação dos Moradores e Amigos do Alto da Lapa e Bela Aliança - SP
MOVIBELO - Movimento Campo Belo - SP
Núcleo de Estudos da Violência - Universidade de São Paulo (USP)
SAAP - Sociedade Amigos de Alto de Pinheiros - SP
SABROVE - Sociedade Amigos do Brooklin Velho - SP
Associação Santuário Ecológico Rancho dos Gnomos - SP
SAJEP - Sociedade Amigos dos Jardins Europa e Paulistano - SP
SAJAPE - Sociedade Amigos dos Jardins Petrópolis e dos Estados - SP
SAPP - Sociedade dos Amigos do Planalto Paulista - SP
SOJAL - Sociedade dos Moradores e Amigos do Jardim Lusitânia - SP



Paulo Bastos
Arquiteto e Urbanista



Miguel Malo
Organização Pan-Americana da Saúde



Paulo Jorge Moraes de Figueiredo
Pesquisador PROAM